

SEMANA DO SENADO

Monólogo de Simonsen perante congressistas

A presença do Ministro Mário Simonsen, do Planejamento, por duas vezes, no Plenário do Senado, discutindo com os representantes dos Estados assuntos atinentes à sua Pasta, poderá ser o reinício de uma prática democrática, há muito afastada da nossa vida política: o debate da sociedade com o Estado.

Segundo essa esteira, dia 21 será a vez do Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, debater com os Senadores a política do seu Ministério. Em agosto, tudo indica, o Ministro Petrônio Portella, da Justiça, deverá ser convocado para falar sobre as reformas políticas que o Presidente Figueiredo pretende implantar, para dar continuidade ao processo de aberturas "lento, gradual e seguro", iniciado pelo seu antecessor.

Contudo, se a prática é válida e salutar para a vida política brasileira, necessário se faz que os representantes do povo se preparem para o debate, a fim de extrair dele resultados satisfatórios. Dizer-se que o Regimento favorece o palestrante, no caso o Ministro de Estado, não procede; uma vez que, mesmo assim, o senador Franco Montoro (MDB - SP), com sua vivência parlamentar, conseguiu conduzir os debates e levar Simonsen a se comprometer com uma tese oposicionista, no que diz respeito a quebra do princípio da anualidade para os reajustes salariais.

Se por um lado, a presença de Simonsen no Senado abriu uma senda para a restauração da prática democrática do debate da sociedade com o Estado, por outro, vale destacar, ele serviu para valorizar o Legislativo. Simonsen, por várias vezes, devolveu aos políticos a responsabilidade pelas decisões políticas. Em diversas oportunidades, quando questionado pelos Senadores, ele observou que o melhor "forum" para o debate das questões levantadas era o próprio Senado.

Foi assim no caso do III PND e no caso dos reajustes salariais. No primeiro, quando provocado por Santillo, ele disse que o III PND deveria ser discutido no Legislativo e não na sociedade, como deseja o senador oposicionista goiano. Na

oportunidade, Simonsen lembrou que, tratando-se de uma lei, era o Congresso Nacional o local ideal para a sua discussão. Quanto aos reajustes, ele disse que a fórmula seria fácil de ser encontrada, mas que competia ao Legislativo debater a decisão política sobre a oportunidade ou não de lei.

Vale ressaltar, ainda, o reencontro do povo com os seus representantes. Nesta semana, o Senado recebeu a visita, por duas vezes, da Companhia de Teatro que está levando na Escola Parque a "Revista do Henfil". Nas duas oportunidades, os artistas foram levar aos políticos denúncias de que estavam sofrendo ameaças, inclusive de que "o teatro voaria pelos ares" se continuasse a apresentação da peça.

Nas duas oportunidades o Senado acolheu as denúncias e formulou apelo às autoridades, plenamente atendido pelo Ministro da Justiça, enviando um destacamento de polícia ao local. Isto, no entanto, segundo os artistas e os senadores oposicionistas, não serviu para conter a audácia de grupos radicais que, na terça-feira, colocaram duas bombas no Teatro da Escola Parque e na quinta uma bomba relógio marcada para detonar às 22 horas.

Em face dessa nova denúncia, as duas lideranças e a presidência da Casa entraram imediatamente em contato com o Ministério da Justiça solicitando providências para atender aos reclamos da Companhia de Teatro. Restabelecida, assim, a confiança do povo nos seus representantes, resta, agora, às lideranças políticas encontrarem o caminho para a valorização do poder que integram.

Para isto, a Oposição espera que o presidente do Congresso adote medidas necessárias para que seja considerada inconstitucional a lei Mendes Canale que prorroga as convenções partidárias, sancionada pelo Presidente da República sem ter concluída a sua tramitação no Legislativo. Itamar Franco, pelo MDB, promete cobrar na segunda-feira uma representação do Congresso ao Judiciário inquinando a sua inconstitucionalidade. (F.M.).